

Relatório da Conferência
Regional Popular de Educação
Cametá-Pará

Educação pública e
os desafios para o século XXI





COORDENAÇÃO GERAL DO EVENTO

SINTEPP – Sub-Sede Cametá
Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA
Campus Universitário de Cametá-IFPA
Campus Universitário de Cametá-UEPA

COORDENAÇÃO GERAL DO EVENTO

Profa. Joana Pompeu (SINTEPP – Sub-Sede Cametá)
Prof. Diogo Aires (UEPA-Cametá)
Prof. Dr. Eraldo Souza do Carmo (UFPA/Cametá)

PÚBLICO

Delegados dos municípios de Cametá, Mocajuba, Baião,
Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Tucuruí, Goianésia do Pará,
Novo Repartimento, Breu Branco. Estudantes. Professores. Pais de alunos.

ARTICULAÇÃO

SINTEPP – Sub-Sede Cametá

BLOG DE DIVULGAÇÃO DO EVENTO

<http://conferenciaregionalpopular.blogspot.com.br/>

Sumário

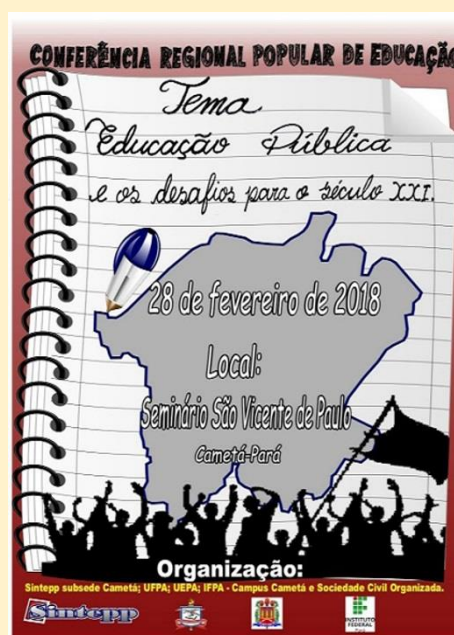
Apresentação da Conferência	4
Objetivos da Conferência	5
Programação Original da Conferência	6
Proposições do Grupo de Trabalho Educação do Campo	8
Proposições do Grupo de Trabalho Educação Infantil	10
Proposições do Grupo de Trabalho Educação Básica	14
Proposições do Grupo de Trabalho Valorização, Formação e Financiamento da Educação.....	17
Proposições do Grupo de Trabalho Gestão Democrática.....	18
Proposições do Grupo de Trabalho Educação Superior	19
Nota contra o SEI (Sistema Educacional Interativo).....	21
Carta Cametá: Em Defesa da Educação Pública Gratuita e com Qualidade Social	22
Registro fotográfico da Conferência.....	24
Anexo 1 – Cartaz original da CRPE-Cametá 2018.	28
Anexo 2: Folder original da CRPE-Cametá 2018.	29

Apresentação da Conferência

Nestes tempos em que a população brasileira vê seus direitos básicos (dentre eles educação e saúde) sendo ultrajados, quer pelo poder executivo, quer pelo poder legislativo e, mais grave, com o aval do poder judiciário é preciso resistir e enfrentar os cortes orçamentários, a retirada de direitos e o cancelamento e de políticas públicas e programas de governos que visem à valorização da educação como “coisa” de mercado e não como investimento social. Isto aliado às ideologias que combatem a perspectiva humanizadora e crítica para a educação nacional, supervalorizando a perspectiva tecnicista, mecanizadora e do aligeiramento da formação profissional.

Neste cenário, correm risco conquistas pedagógicas, políticas e trabalhistas que a sociedade vinha discutindo e avançando; sejam, os sistemas municipais, estaduais e federais de educação, o piso salarial nacional, a democratização do ensino e a democratização do acesso – e sua consequente permanência – para estudantes nas escolas públicas, a qualidade do ensino e da educação nacional dentre as inúmeras políticas educacionais que pautam a qualidade social, os direitos humanos e a inclusão.

E corroborando com estes aspectos antidemocráticos postos pelas perspectivas de gestões centralizadoras para educação no Brasil, no Pará e em muitos municípios paraenses, vemos o fechamento desses governos – em nível federal, estaduais e municipais – para a participação popular e para a gestão democrática da educação pública. Assim diante do fato de que o poder público não convocou até a presente data as necessárias Conferências públicas de Educação, o Campus Universitário do Tocantins/Cametá - Universidade Federal do Pará, conclama e convoca, em parceria com Sindicato dos Trabalhadores Público em Educação do Pará (SINTEPP) – Sub-sede Cametá, o Instituto Federal de Educação Tecnológica – Campus Cametá (IFPA-Cametá) e Universidade Estadual do Pará – Campus Cametá (UEPA-Cametá), a Conferência Regional Popular de Educação, para os municípios da região do Baixo Tocantins (Goianésia, Novo Repartimento, Breu Branco, Tucuruí, Baião, Oeiras do Pará, Mocajuba, Cametá e Limoeiro do Ajuru) a ocorrer no dia 28 de fevereiro de 2018, no seminário São Vicente de Paula, bairro da Aldeia, na cidade de Cametá.



Objetivos da Conferência

Geral: Discutir as questões e pautas atuais da educação nacional, estadual e municipais, no âmbito dos municípios da região do Baixo Tocantins (Goianésia, Novo Repartimento, Breu Branco, Tucuruí, Baião, Oeiras do Pará, Mocajuba, Cametá e Limoeiro do Ajuru) e apresentar propostas que serão encaminhadas, pelos delegados, desta conferência, à conferência popular estadual e à conferência popular nacional de educação.

Específicos:

- Reunir e congregar a sociedade civil e as organizações sociais para pautar, discutir e propor políticas públicas e ações governamentais e sociais para a educação, nos níveis municipal, estadual e federal;
- Propor, discutir e aprovar propostas que serão encaminhadas às conferências populares estadual e nacional de educação;
- Reunir e congregar os delegados dos municípios da região do Baixo Tocantins para a apresentação, discussão e aprovação de propostas para a educação nos níveis federal, estadual e municipal;
- Retirar os delegados à conferência popular estadual de educação.

Programação Original da Conferência

Dia 28 de fevereiro de 2018.

Local: Seminário São Vicente de Paulo, em Cametá

Hora: das 8h às 12h; das 14h às 18h

8h – Credenciamento e café da manhã

9h – Abertura

9h30 às 12h – MESA TEMÁTICA

Políticas Neoliberais para a Educação versus Educação Pública, Gratuita e com Qualidade Social

Dr. Alberto Damasceno (UFPA)

Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo (UFPA)

Diego Aires da Silva – UEPA – Campus Cametá

Representante do IFPA – Campus Cametá

Dr. Doriedson Rodrigues (Coordenador do Campus Cametá – UFPA)

Representante do SINTEPP

Secretaria Municipal de Educação de Cametá

14h às 16h – GRUPOS DE TRABALHO

GT 1 : Educação do Campo

Coordenador 1: Dr. Romier Sousa (IFPA-Castanhal)

Coordenador 2: Dr. Eraldo Souza do Carmo (UFPA-Cametá)

GT 2 : Educação Infantil

Coordenadora 1: Prof^ª. Esp. Geanice Cruz (UFPA-Cametá)

Coordenadora 2: Prof^ª. Esp. Maria Isabel Batista Rodrigues

GT 3 : Educação Básica

Coordenadora 1: Prof^ª Dr^ª. Ney Cristina Oliveira (UFPA-Belém)

Coordenadora 2: Prof^ª. Dr^ª Gilcilene Costa (UFPA-Cametá)

GT 4 : Educação Técnica e Tecnológica

Coordenadora 1: Prof^ª. Dr^ª. Elinilze Guedes Teodoro (IFPA)

Coordenador 2: Prof. Dr. Aldrin Benjamin (IFPA-Cametá)

GT 5 : Educação Superior

Coordenador: Prof. Dr. João Batista do Carmo Silva (UFPA-Cametá)

Coordenadora 2: Prof^ª. Dr^ª Sueli Correa dos Prazeres (UFPA-Cametá)

GT 6 : Formação e Valorização dos Trabalhadores da Educação

Coordenador: Representante do SINTEPP

GT 7 : Educação e Direitos Humanos

Coordenadora 1: Prof^ª. Dr^ª. Êmina Santos (UFPA-Belém)

Coordenadora 2: Prof^ª. MSc. Ângela Sampaio (UFPA-Cametá)

16h às 17h40 – Socialização dos Grupos de Trabalho

17h40 às 18h – Lançamento da Carta Cametá em Defesa da Educação Pública, Gratuita e com Qualidade Social.

Proposições do Grupo de Trabalho Educação do Campo

O GT Educação do Campo propõe:

- Assegurar que o fórum popular lute para que os governos cumpram as metas.
- Manter a luta contra o fechamento de escolas do campo.
- Lutar pelo reconhecimento dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo pelos gestores municipais e estaduais, por meio da realização de concursos públicos.
- Reforçar o movimento das ações dos planos.
- Estimular o diagnóstico socioeconômico das comunidades para facilitar as práticas pedagógicas dos professores que atuam nas escolas do campo.
- Reconhecer e valorizar as experiências e práticas pedagógicas dos professores que atuam nas escolas do campo.
- Investir na construção e infraestrutura das escolas do campo.
- Assegurar o transporte escolar aos alunos do campo de acordo com as normas de segurança da ANTT.
- Assegurar o SOME como política pública de atendimento a população do campo.
- Formação continuada que repercuta nas práticas pedagógicas no campo.
- Garantir um calendário flexibilizado para assegurar no mínimo 200 dias letivos.
- Lutar para que seja assegurado o curso de Educação do Campo nas instituições públicas.
- Lutar para romper com a lógica que o campo é apenas um local de produção capitalista.
- Assegurar o comprometimento dos gestores públicos com a educação do campo.
- Manter a luta para o SEI e o MUNDIAR sejam eliminados como proposta de educação para as populações do campo.

- Autonomia da escola do campo como espaço público de discussão das escolas no/do campo.
- Criação de coordenação de educação do campo nas secretarias de educação.
- Garantia da multiterritorialidade da Amazônia para a autonomia das escolas do campo.
- Relação adequada a quantidade alunos/professor para as escolas do campo.
- Encaminhar a SEDUC e UNDIME uma nota alertando para a não oferta de vagas em concursos públicos para cargos de Educação do Campo.

Proposições do Grupo de Trabalho Educação Infantil

O GT Educação Infantil propõe:

- Universalizar, até 2016 (2024), a educação infantil para as crianças 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 meses de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, pré-escola de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) a demanda existente até o final da vigência deste PNE.
- Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.
- Garantir que, ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo.
- Realizar, pela Secretaria de Educação, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.
- Estabelecer, (anualmente) no primeiro ano de vigência do PNE, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.
- Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos adequados, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.
- Implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada (anualmente) a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

- Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública.
- Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.
- Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses.
- Assegurar programas de formação inicial e continuada, ofertada através de regimes de colaboração entre a rede municipal de ensino e as IES, voltadas para o atendimento dos profissionais que atuam no atendimento de crianças de 0 (zero a 5 (cinco) e 11 meses.
- Fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.
- Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.
- Garantir nas unidades que ofertam educação infantil a permanência de profissionais como: pedagogo, assistente social, nutricionista, enfermeiro ou técnico de enfermagem, psicólogo ou psicopedagogo, visando a melhoria do atendimento e a qualidade da educação da comunidade escolar.
- Além do “professor auxiliar ou cuidador”, para as turmas que atendem crianças com deficiência.
- Garantir e assegurar o transporte escolar efetivo com cuidador para alunos que residem distante das unidades de educação infantil, respeitando as normas de acessibilidade, segurança e com qualidade.

- Garantir permanentemente alimentação regionalizada de qualidade e adequada ao período de desenvolvimento em que se encontram as crianças que frequentam a educação infantil.
- Garantir até o prazo final da vigência deste PNE turmas com no máximo 10 alunos por professor e um professor auxiliar em creche com crianças de 0 a 3 anos. E de no máximo 15 alunos por professor na pré-escola com crianças de 4 e 5 anos de idade. E em turma com atendimento especializado com no máximo 10 alunos por professor e um professor auxiliar com crianças de 4 e 5 anos de idade.
- Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.
- Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do(a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental.
- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.
- Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses.
- O Distrito Federal e os Municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar e garantir o atendimento.
- Após o levantamento da demanda informar as Secretarias de Educação e Conselhos Normativos, o público que necessita de atendimento especializado.

- Garantir espaços adequados como brinquedoteca, parque infantil, berçário, fraldário, área de convivência, sala multimídia, etc., para o atendimento da demanda da educação infantil em creche e pré-escola.
- Elaborar as propostas pedagógicas para a educação infantil em colaboração com as IES, levando em consideração os princípios fundamentais para seu desenvolvimento, bem como o currículo e a forma de acompanhamento do processo avaliativo.
- Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, 5 (cinco anos) e 11 (onze) meses conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Proposições do Grupo de Trabalho Educação Básica

O GT Educação Básica propõe:

- Meta: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Estratégias:

- O Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, deverá, até o final do segundo ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, (considerando os encaminhamentos da Conferência Popular de Educação) proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos(as) do ensino fundamental.
- Demandar recursos jurídicos que viabilize regulamentar o regime de colaboração como forma de punir os responsáveis pelo não cumprimento das competências previstas em lei.
- Pactuar entre União, estados, Distrito Federal e municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.
- Assegurar que o ensino fundamental seja reconhecido dentro do que prevê a legislação como direito público subjetivo, podendo se recorrer ao poder público para fazer valer esse direito.
- Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental.
- Garantir número de alunos matriculados por turma de modo a atender individualmente os alunos, conforme prevê a estratégia supracitada.
- Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) alunos(as), em

colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

- Efetivar o direito a transporte escolar e alimentação escolar.
- Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.
- Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.
- Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos(as) alunos(as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.
- Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.
- Garantir que o Conselho Escolar tenha representação das categorias, incluindo os pais, com representatividade de modo que ele funcione efetivamente.
- Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades.
- Desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.
- Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais; (mediante certames com critérios que envolvam os profissionais da rede de ensino).

- Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.
- Entendendo aqui as habilidades esportivas como parte do desenvolvimento integral que promova questões psíquicas, cognitivas e fundamentalmente de relações sociais por meio de assimilação de regras e orientação de condutas.

Proposições do Grupo de Trabalho Valorização, Formação e Financiamento da Educação

O GT Valorização, Formação e Financiamento da Educação propõe:

- Lutar pela manutenção do PARFOR.
- Mudar a nomenclatura dos cargos de apoio escolar.
- Garantir no mínimo 20% para pagamento de apoio escolar do FUNDEB.
- Garantir curso para o apoio escolar tecnólogo e bacharelado (UFPA).
- Garantir curso pró-funcionário (técnico) (escola de governo, IFPA).
- Reafirmar o CAQI imediatamente custo aluno qualidade.
- Garantir no mínimo 20% do FUNDEB para investimento no MDE.

Proposições do Grupo de Trabalho Gestão Democrática

O GT Gestão Democrática propõe:

- Meta: assegurar a gestão democrática educacional e lutar permanentemente em defesa da democracia.

Estratégias:

- Criar o fórum regional popular de gestão democrática como instrumento de mobilização regional em defesa da democracia e da gestão democrática educacional.
- Lutar pela eleição direta para diretor nas escolas.
- Fortalecer os conselhos escolares, grêmio estudantil e associação de pais e mestres.
- Cobrar dos municípios a execução e avaliação dos planos municipais de educação.
- Dialogar com o parlamento para a viabilização de leis municipais que assegurem eleições diretas nas escolas.
- Criação do Sistema Municipal de educação.

Observação: todas as estratégias no prazo de dois anos.

Proposições do Grupo de Trabalho Educação Superior

O GT Educação Superior propõe:

- Lutar para a construção de uma universidade cada vez mais democrática e inclusiva.
- Ampliar a oferta de vagas em instituições de ensino superior universitárias públicas.
- Construir cooperações técnicas entre as instituições de educação superior, universitárias, preferencialmente, as públicas, e os sistemas de ensino estaduais e municipais, no que tange aos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação do ensino, assim como, no que tange aos seus processos de formação inicial e continuada.
- Ampliar os sistemas de cotas para alunos de escolas públicas, negros, quilombolas, indígenas como uma estratégia de democratização do ensino superior.
- Ampliar canais de diálogos entre as instituições de ensino superior pública do estado do Pará, para que possamos enfrentar as problemáticas da região de forma articulada.
- Fortalecer da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), por meio da ampliação de recursos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico investidos em nosso estado.
- Ampliar programas de formação continuada, por meio do aumento do número de vagas em programas de Pósgraduação (mestrado e doutorado) para qualificação dos quadros docente do ensino superior.
- Criar e fortalecer uma política para atrair e manter pesquisadores (doutores) nos projetos de interiorização das instituições de ensino superior no Pará.
- Apoiar projetos de criação de novas universidade públicas no interior do estado do Pará como uma estratégia de democratização da educação superior nessa região.
- Ampliar e fortalecer o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) no estado do Pará com instituições de Ensino superior públicas.

- Criar e fortalecer modelos institucionais de universidade que dialogue com os movimentos sociais e sindicais no sentido de incorporar em suas práticas de pesquisa, ensino e extensão problemáticas de interesses dos trabalhadores.
- Criar e ampliar canais de comunicação da universidade com a sociedade em geral, com o objetivo de socializar o conhecimento produzido na universidade.
- Fortalecer a Universidade do Estado do Pará, por meio de investimentos em ensino pesquisa e extensão, assim como, por meio da realização de concursos públicos para ampliação de seu corpo docente.
- Criar uma legislação que dificulte a contratação de empresas privadas para realização de consultoria para a Secretaria de Estado de Educação, considerando a existência de instituições de ensino superior públicas com competência técnica para realizar tais atividades.

Nota contra o SEI (Sistema Educacional Interativo)

Os delegados e delegadas reunidos, na Conferência Regional Popular de Educação, vem a público manifestar apoio a esta conferência, já que entendemos que uma política pública tão valorosa que atende filhos dos trabalhadores do campo, em termos de educação do ensino médio, do campo, do Estado do Pará. Diante da precarização e desmonte sofrida por esta política pública, decorrente de uma reformulação, sem ampla e democrática discussão entre os segmentos que o compõe e considerando o SOME é fundamental para o desenvolvimento da sociedade deverá, em breve, passar por processo de desmantelamento, com a implementação do Sistema Educativo Interativo – SEI, de acordo com as diretrizes do governo do Estado, comprometendo a qualidade do ensino nos interiores do Estado.

O cenário atual do país evidencia a importância de uma gestão responsável e da qualificação dos gastos públicos. Isto inclui, sobretudo, priorizar a educação como via de transformação social e, por isso, mantemos nosso firme posicionamento de defesa da educação de qualidade, pública e gratuita. Reiteramos, assim, nosso apoio e solidariedade aos alunos matriculados no Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME, ao passo que expressamos nosso respeito às 462 comunidades atendidas pela referida política pública.

Carta Cametá: Em Defesa da Educação Pública Gratuita e com Qualidade Social

Os participantes da Conferência Regional Popular de Educação do Tocantins, realizada no município de Cametá, em 28 de fevereiro de 2018, evento preparatório para a Conferência Estadual Popular de Educação (em Belém) e à Conferência Nacional Popular de Educação (em Belo Horizonte), vêm a público manifestar sua disposição para mais uma etapa de lutas por uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade social para todos.

Uma etapa na qual vivenciamos uma fase do golpe de 2016 em que são radicalizados os danos à população trabalhadora, não somente na dimensão econômica, onde o governo usurpador tem subtraído direitos e rendas de quem verdadeiramente produz as riquezas da nação; mas também na dimensão cultural, ao serem introduzidas ações corrosivas à nossa capacidade crítica, por meio da tentativa de desmonte da área educacional pública, pelo abandono do Plano Nacional de Educação 2014-2024, pela criminoso redução dos investimentos públicos na educação superior, extinguindo ou paralisando programas essenciais para o desenvolvimento da inteligência nacional, além do esgotamento de recursos para o custeio das universidades e institutos públicos e redução das verbas para investimentos na área.

Da mesma forma, temos visto, e combatido, a insistente imposição da reforma do ensino médio cujas principais características são a oferta por meio de cursos à distância, a contratação de instituições privadas e uma perspectiva de formação profissional que fragiliza, estreita e rebaixa o currículo de nossos jovens.

Como se fosse pouco, ainda experimentamos tentativas de cerceamento da liberdade de reflexão e expressão de professores e alunos por meio de propostas infames como a “Escola sem Partido” ou, mais recentemente, a tentativa de coação por parte do ministro do MEC, contra a criação de uma disciplina que investiga academicamente o golpe de 2016 na Universidade de Brasília. Estes são duas faces de um movimento que, além de reacionário, é absolutamente contraditório com os protocolos pedagógicos mais adequados para o aprendizado e a investigação científica.

Não podemos nos calar diante de um golpe ultraliberal, capitaneado pelo grande capital e apoiado pelos oligopólios midiáticos e setores do judiciário, assim como pelos partidos que os representam, que tem aprofundado a super exploração do trabalho, eliminado direitos sociais, reduzido o papel do Estado e os fundos públicos para as políticas sociais, diminuído a — já mínima — carga tributária para os ricos e atacado as organizações democrático-populares.

Essa é apenas uma das faces de uma estratégia vampiresca que suga a renda dos trabalhadores e sangra a soberania do país por meio do desemprego, da exclusão social, racial e de gênero, e que se apresenta como um movimento tático na lógica perversa de acumulação e concentração do capital no Brasil e no resto do mundo.

Diante da profundidade do golpe contra os direitos e conquistas das trabalhadoras e dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que renovamos nosso compromisso histórico por uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade para todos, da creche à pós-graduação, destacamos como desafios atuais e urgentes a atuação militante nas escolas, praças e ruas, no parlamento e junto aos movimentos sociais, em defesa da escola pública e contra a política privatista do governo golpista e seus aliados; a defesa do Plano Nacional de Educação e os recursos previstos para educação antes do golpe; a luta pela revogação de todas as leis recentemente aprovadas que comprometem o direito à educação de milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos e a construção e o fortalecimento da Conferência Estadual Popular de Educação – CONEPE e a Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE, tornando-as nossas principais prioridades no atual momento político.

Cametá, 28 de fevereiro de 2018

ASSINAM 400 DELEGADOS

Registro fotográfico da Conferência









Anexo 1 – Cartaz original da CRPE-Cametá 2018.

CONFERÊNCIA REGIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO





Tema
Educação Pública
e os desafios para o século XXI.

28 de fevereiro de 2018

Local:
Seminário São Vicente de Paulo
Cametá-Pará

Organização:

Sintepp subsede Cametá; UFPA; UEPA; IFPA - Campus Cametá e Sociedade Civil Organizadora.

Anexo 2: Folder original da CRPE-Cametá 2018.

GT6: Formação e Valorização dos Trabalhadores da Educação
 Coordenador: Representante do SINTEPP
 Relator: Rep. SINTEPP Mocajuba
 Auxiliar de Relator: Ederson (UFPA)

GT7: Educação e Direitos Humanos
 Coordenador: Prof.^ª Dr.^ª Êmina Santos (UFPA)
 Prof.^ª MSc. Ângela Sampaio (UFPA)
 Relator: Rep. SINTEPP Tucuruí
 Auxiliar de Relator: Robson (UFPA)

16h às 17h40min – Socialização dos Grupos de Trabalho

17h40min às 18h– Lançamento da Carta Cametá em Defesa da Educação Pública, Gratuita e com Qualidade Social.



Organização do Evento:
 Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP – SUB-SEDE CAMETÁ;
 Campus Universitário do Tocantins/Cametá – UFPA; Campus IFPA – Cametá; Campus UEPA – Cametá; Sociedade Civil Organizada.
 Coordenação Geral do Evento
 Profa. Joana Pompeu (SINTEPP – Sub-Sede Cametá)
 Dr. Eraldo Souza do Carmo (UFPA – Cametá)
 Representante do IFPA-Cametá
 Prof. Diego Aires (UEPA-Cametá)

Inscrições pelo site do blog:
<http://conferenciaregionalpopular.blogspot.com.br>



CONFERÊNCIA REGIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO

Tema
Educação Pública
As demandas para o século XXI.

Data
 20 de fevereiro de 2018

Local
 Seminário São Vicente de Paulo
 Cametá-Pará

Organização:
 Sintepp subrede Cametá; UFPA; UPEPA; IFPA; UPPEDUC; Sociedade Civil Organizada.

Sintepp
 Sintepp subrede Cametá

Apresentação

Nestes tempos em que a população brasileira vê seus direitos básicos (dentre eles educação e saúde) sendo ultrajados, quer pelo poder executivo, quer pelo poder legislativo e, mais grave, com o aval do poder judiciário é preciso resistir e enfrentar os cortes orçamentários, a retirada de direitos e o cancelamento e de políticas públicas e programas de governos que visem a valorização da educação como "coisa" de mercado e não como investimento social. [...] Assim diante do fato de que o poder público não convocou até a presente data as necessárias Conferências públicas de Educação, o Campus Universitário do Tocantins/Cametá - Universidade Federal do Pará, **conclama e convida**, em parceria com Sindicato dos Professores (SINTEPP) Instituto Federal de Educação Tecnológica - Campus Cametá (IFPA-Cametá) e Universidade Estadual do Pará - Campus Cametá (UEPA-Cametá), a **Conferência Regional Popular de Educação**, para os municípios da região do Baixo Tocantins (Goianésia, Novo Repartimento, Breu Branco, Tucuruí, Baião, Oeiras do Pará, Mocajuba, Cametá e Limoeiro do Ajuru) a ocorrer no dia **28 de fevereiro de 2018**, no seminário São Vicente de Paula, bairro da Aldeia, **na cidade de Cametá**.

Objetivos

Geral

Discutir as questões e pautas atuais da educação nacional, estadual e municipais, no âmbito dos municípios da região do Baixo Tocantins (Goianésia, Novo Repartimento, Breu Branco, Tucuruí, Baião, Oeiras do Pará, Mocajuba, Cametá e Limoeiro do Ajuru) e apresentar propostas que serão encaminhadas; pelos delegados, desta conferência, à conferência popular estadual e à conferência popular nacional de educação.

Específicos:

- ➡ - Reunir e congregar a sociedade civil e as organizações sociais para pautar, discutir e propor políticas públicas e ações governamentais e sociais para a educação, nos níveis municipal, estadual e federal;
- ➡ - Propor, discutir e aprovar propostas que serão encaminhadas às conferências populares estadual e nacional de educação;
- ➡ - Reunir e congregar os delegados dos municípios da região do Baixo Tocantins para a apresentação, discussão e aprovação de propostas para a educação nos níveis federal, estadual e municipal;
- ➡ - Retirar os delegados à conferência popular estadual de educação

Programação

- 8h - Credenciamento e Café da Manhã
- 9h - Abertura
- 9h30min às 12h - **MESA TEMÁTICA:** "Políticas Neoliberais para a Educação versus Educação Pública, Gratuita e com Qualidade Social".
- Dr. Alberto Damasceno (UEPA)
- Prof. Diego Aires da Silva - UEPA - Campus Cametá
- Representante do IFPA - Campus Cametá
- Dr. Doriedson Rodrigues (Coordenador do Campus Cametá - UEPA)
- Representante do SINTEPP
- Secretaria Municipal de Educação de Cametá

A REGIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO

14H ÀS 16H - GRUPOS DE TRABALHO

- GT1: Educação do Campo**
Coordenador: Dr. Romier Sousa (IFPA-Castanhal) e Prof. Dr. Eraldo Souza do Carmo (UEPA)
Relator: Prof. Edfranklin Moreira da Silva
Auxiliar de Relator: Alenilson (UEPA)
- GT2: Educação Infantil**
Coordenador: Prof.ª Esp. Geanice Cruz e Prof.ª Esp. Maria Isabel Batista Rodrigues
Relator: Prof. Orlando Ferreira de Miranda Junior
Auxiliar de Relator: Jacinira (UEPA)
- GT3: Educação Básica**
Coordenador: Prof.ª Dr.ª Ney Cristina Oliveira (UEPA) e Prof.ª Dr.ª Odete da Cruz Mendes (UEPA)
Relator: Nancy da Cruz Ribeiro (PPGEDUC)
Auxiliar de Relator: Adelmo (UEPA)
- GT4: Educação Técnica e Tecnológica**
Coordenador: Prof.ª Dr.ª Elinize Guedes Teodoro (IFPA) e Prof. Dr. Aldrin Benjamin (IFPA-Campus Cametá)
Relator: Representante da UEPA
Auxiliar de Relator: Nayara (UEPA)
- GT5: Educação Superior**
Coordenador: Prof. Dr. João Batista do Carmo Silva (UEPA) e Prof.ª Dr.ª Sueli Correa dos Prazeres (UEPA)
Relator: Rep. Faculdade de História
Auxiliar de Relator: Alessandro (UEPA)

ORGANIZAÇÃO

